

# BOLETIM DE CONJUNTURA

**DI ESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 11 - Julho de 2017

*“Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”*

Celso Furtado<sup>1</sup>



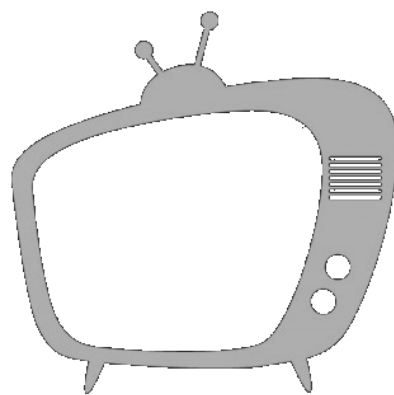
## PAÍS SEGUE MERGULHADO EM CRISES POLÍTICA E ECONÔMICA

### REMÉDIO QUE O GOVERNO QUER USAR SÓ APROFUNDA PROBLEMAS DO PAÍS

Pouco mais de um ano depois de assumir o poder central, o governo liderado por Michel Temer mostra-se incapaz de conduzir o país para a normalidade política e econômica. Envolto em sucessivas crises, com baixíssima aceitação popular, fragilizado politicamente e denunciado por corrupção pela Procuradoria Geral da República, o governo não reúne condições de liderar a retomada de um novo ciclo de crescimento.

As tentativas de reativar a economia estão limitadas a reformas que aumentam o empobrecimento das parcelas mais carentes e necessitadas da população, que têm no sistema de Seguridade Social a única possibilidade de viver com certa dignidade. Além disso, seguindo o mesmo ideário, propõe uma reforma trabalhista que desregulamenta o mercado de trabalho, legaliza formas precárias de contratação, reduz os ganhos dos trabalhadores e enfraquece os sindicatos, diminuindo a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores. Sob o pretexto de aumentar a eficiência e competitividade da economia, a reforma trabalhista irá suscitar, com os retrocessos nela contidos, tensões e confrontos desnecessários às relações já difíceis entre capital e trabalho.

Com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, o governo tenta ‘vender’ os dois projetos como se fossem a salvação da lavoura. Chantageando a sociedade, insiste que, sem a aprovação das duas reformas, o Brasil não retornará ao crescimento e que, por isso mesmo, elas são



<sup>1</sup> FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

imprescindíveis. Contribuem e reforçam essa lógica falaciosa importantes formadores de opinião, nos grandes veículos de comunicação e na academia.



A pretensa recuperação econômica, largamente propagandeada após a publicação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos dados trimestrais do PIB, precisa ser interpretada com cuidado. Não há indicadores que deem garantias de que o ciclo recessivo chegou ao fim. Ao mesmo tempo, o ritmo de queda da taxa de juros está abaixo do que poderia e deveria ser, considerando o recuo da inflação. A desaceleração inflacionária deveu-se, num primeiro momento, ao esgotamento dos aumentos significativos dos preços controlados (tarifas), à regularização do regime de chuvas, que aliviou o custo da energia e dos alimentos e à desvalorização do dólar, inflado com a especulação contra o governo anterior. Nesse momento, devido à brutal taxa de desemprego e à queda na renda, as expectativas futuras sobre o comportamento dos preços são de redução acelerada, o que leva as taxas de juros reais, pagas aos detentores da dívida pública, a incríveis 6,5% ao ano. Um verdadeiro eldorado para os rentistas, que, na prática, inviabiliza qualquer possibilidade de retomada.

---

*Da mesma forma, o governo (e os comentaristas econômicos da grande imprensa) não tece muitas considerações em relação aos resultados das contas externas. Os saldos positivos da balança comercial (exportações maiores que importações) devem-se muito mais à queda das importações do que ao aumento das exportações. A redução das importações decorre da forte recessão e queda da renda interna, enquanto as dificuldades para as exportações vêm, principalmente, da taxa de câmbio sobrevalorizada.*

---

## PIB: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA À VISTA?

Depois de 11 trimestres consecutivos (2 anos e 9 meses) em queda, o Produto Interno Bruto (PIB), com ajuste sazonal, registrou, no primeiro trimestre de 2017, aumento de 1,0% em comparação com o quarto trimestre de 2016. Entretanto, em relação ao mesmo período do ano anterior, isto é, na comparação anual, o Produto recuou 0,4%.

Há um ano, o PIB mostrava queda de 5,43% na comparação anual, e de -0,3% na comparação com o trimestre anterior. Neste ano, na comparação anual, o Produto recuou 0,4%, o que revela desaceleração no ritmo de queda. No entanto, quando se estuda um período mais longo, os últimos 11

trimestres, verifica-se que o PIB acumula perda expressiva de 8,7%<sup>2</sup>. Num exercício simples, se o Brasil voltar a crescer com a mesma velocidade com que decresceu nos últimos 2 anos e 9 meses, retornará ao patamar do PIB de 2014 somente no início de 2020.

O setor agropecuário foi o que mais contribuiu para o crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2017 - cresceu 15,2% em relação ao mesmo período de 2016. A indústria (extrativa e de transformação), na comparação anual, recuou 1,1% e, na comparação trimestral, cresceu 0,9%. A construção civil e o setor de serviços seguem a mesma métrica, registram crescimento de um trimestre para outro, mas ainda amargam resultados negativos (queda), quando a comparação é anual.

**TABELA 1**  
**PIB, variação total e desagregada por setores produtivos**  
**Brasil - 2017**

Setores	Trimestre/ Trimestre anterior (%)	Trimestre/ Mesmo trimestre de 2016 (%)
Agropecuária	13,4	15,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,0
Construção Civil	0,5	-0,3
Serviços	0,0	-1,7
<b>Total</b>	<b>1,0</b>	<b>-0,4</b>

Fonte: IBGE. SCN  
Elaboração: DIEESE

Resta saber se a recuperação ora experimentada se sustenta ao longo do ano, ou seja, se o país já chegou ao fundo do poço e não tem como descer mais. Sobre isso não se tem qualquer garantia, uma vez que o investimento, principal indicador de crescimento econômico, recuou 1,6% em relação ao final de 2016 e 3,7%, se comparado ao primeiro trimestre desse mesmo ano. Desde o terceiro trimestre de 2013, os investimentos regrediram 29,8% e, em 2016, tiveram a taxa mais baixa desde 1996: 16,4% em relação ao PIB.



Outra informação relevante para se medir o comportamento da economia é o consumo, que representa cerca de 65% de todos os gastos realizados. As Contas Nacionais, publicadas pelo IBGE, revelam queda de 1,9% no consumo das famílias em relação ao início de 2016 e de 0,1%, na comparação com o final do ano. Da mesma forma, os gastos do setor público também recuaram 1,3% e 0,6%, respectivamente.

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Produto Interno Bruto**: 4º trimestre de 2016. Brasília, DF, 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/conjuntura-economica/atividade-economica/arquivos/ie-2017-03-07-pib-4o-trimestre-2016.pdf>>.

Portanto, todos os componentes da demanda interna (consumo das famílias, investimentos e gastos do governo) mostram sinais negativos. Na conta agregada, a soma dessas despesas foi reduzida em 0,6% no primeiro trimestre deste ano, comparado com o último trimestre de 2016. São várias as hipóteses para esse comportamento, entre as quais destacam-se:

- (1) O consumo das famílias está em queda devido ao desemprego, à redução do salário real, ao endividamento, à escassez de crédito e às expectativas negativas em relação ao futuro.
- (2) Os investimentos privados não crescem devido à alta capacidade ociosa (cerca de 26% na indústria de transformação); expressivo endividamento das empresas; taxa de juros estratosférica; grande incerteza quanto ao cenário político e econômico, além do baixo nível da demanda.
- (3) Os gastos do governo estão contidos devido ao tamanho do déficit e limitados pelo 'novo regime fiscal', implantado pela Emenda Constitucional 95, que impõe teto às despesas do setor público, pois congela, em termos reais, os gastos primários para os próximos 20 anos, impedindo o Estado de liderar um processo de desenvolvimento.

**TABELA 2**  
**PIB. Variação percentual das despesas, classificada**  
**por grandes setores da economia**  
**Brasil - 2017**

Setores	Trimestre/ Trimestre anterior (%)	Trimestre/ Mesmo trimestre de 2016 (%)
Consumo das Famílias	-0,1	-1,9
Investimentos (FBCF)	-1,6	-3,7
Gastos do governo	-0,6	-1,3
Exportações	4,8	1,9
Importações	1,8	9,8

Fonte: IBGE. SCN  
Elaboração: DIEESE

Conhecidos os números, a única conclusão a que se pode chegar é a de que a velocidade de queda do PIB diminuiu. Se a economia inverteu a direção, ou seja, se daqui para a frente voltará ao crescimento, ainda não se pode afirmar. As expectativas do próprio governo são de terminar 2017 com crescimento inferior a 0,5%.

Sem que a demanda interna se recupere, a retomada do crescimento fica cada vez mais distante. Muito embora o saldo da balança comercial tenha dado sinais positivos, o setor externo da economia brasileira é pequeno e a composição da pauta de exportação do país (concentrada em bens primários – commodities) é incapaz de, no curto prazo, provocar a dinâmica econômica necessária para a retomada mais sustentada do crescimento. Além dessa questão estrutural, as empresas brasileiras que vendem para o exterior sofrem com a manutenção de taxas de câmbio sobrevalorizadas, que reduzem

a competitividade do setor exportador. Ademais, um novo ciclo de crescimento provocaria aumento das importações e redução do saldo comercial.

## DESEMPREGO SEGUE ALTO E AUMENTA ENTRE OS JOVENS

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE, a Fundação Seade e institutos parceiros locais, mostram que a taxa de desemprego total ficou praticamente estável em todas as regiões pesquisadas, de abril para maio. No Distrito Federal, o desemprego atingiu 20,4%; em Porto Alegre, ficou em 11,1%; em Salvador, chegou a 24,1%. Na Região Metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego está em 18,8%, com cerca de 2,1 milhões de trabalhadores desempregados.

A taxa de desemprego entre os jovens entre 16 e 24 anos aumentou em todas as regiões pesquisadas, na comparação de 12 meses, atingindo 47,4%, na RM Salvador, e 43,6%, no Distrito Federal. Em São Paulo, a taxa de desemprego para esta faixa etária está em 38,4%.



O tempo médio despendido pelos desempregados na procura por trabalho aumentou pelo segundo mês seguido nas regiões metropolitanas de Salvador e São Paulo e atingiu, em maio, 58 e 43 semanas, respectivamente. Na região de Porto Alegre, onde havia ficado estável entre março e abril, também aumentou para 37 semanas em média.

Esses dados revelam, portanto, um mercado de trabalho muito enfraquecido. Alguns indicadores estabilizaram-se em patamar ruim e outros continuam a piorar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, também mostra aumento da taxa de desemprego em todas as regiões pesquisadas, conforme quadro resumo a seguir.

**TABELA 3**  
**Taxa de Desocupação – Pnad Contínua (IBGE)**  
**Primeiro Trimestre - Brasil e Regiões – 2017**

Brasil e Regiões	Primeiro trimestre de 2016 (%)	Quarto trimestre de 2016 (%)	Primeiro trimestre de 2017 (%)
Brasil	10,9	12,0	13,7
Norte	10,5	12,7	14,2
Nordeste	12,8	14,4	16,3
Centro-Oeste	9,7	10,9	12,0
Sudeste	11,4	12,3	14,2
Sul	7,3	7,7	9,3

Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

## RECESSÃO AGRAVADA PELA CRISE POLÍTICA

O ciclo recessivo atual é bem característico e difere daqueles ocorridos em épocas recentes, em que o colapso do setor externo provocou desaquecimento e crise econômica. As razões que dão origem a esta recessão apresentam componentes políticos extremamente relevantes.

Embora a recessão contribua para a deterioração das contas públicas, é impossível compreender o nível atual do déficit sem considerar também as razões de ordem política.

Examinando o resultado primário, verifica-se que o déficit aumenta à medida que a arrecadação de tributos, em queda devido à recessão, torna-se insuficiente para financiá-lo. Daí a urgência do governo para impor teto aos gastos públicos e aprovar a reforma da Previdência Social. A questão é que, no curto prazo, o único elemento indutor da demanda é o gasto público, vital para reverter a recessão e, por tabela, a própria queda de arrecadação. Ao colocar na Constituição um limite de gastos, o governo limita a própria capacidade do Estado para aumentar a receita pública pelo crescimento econômico. A outra possibilidade, que seria o aumento da carga tributária, sofre forte resistência na sociedade.

Em relação ao resultado operacional (ou nominal), que acresce às contas primárias as despesas financeiras do governo (os juros da dívida pública), a equação fica ainda mais complicada. A dívida pública brasileira é de curto prazo e muito cara, uma vez que a taxa de juros real (Selic), paga pelo governo brasileiro para financiá-la, é a mais alta do mundo. Mais de ¾ da dívida líquida do setor público estão indexados à taxa Selic<sup>3</sup>.

O desarranjo das contas públicas é consequência de decisões de política fiscal tomadas no início de 2015 e foi aprofundado pelo processo de impeachment e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, que atingiram as maiores empreiteiras do país, a Petrobras, os fornecedores da estatal e

<sup>3</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política fiscal**. Brasília, DF, 30 jun. 2017. Nota para a imprensa. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>>

outras grandes empresas de outros setores. A crise política e institucional que se seguiu, agravada pela incapacidade de gestão do Estado, jogou o Brasil em uma das mais graves recessões econômicas da história do país.

Assim, mesmo procurando encontrar um motivo puramente econômico (o déficit público) para explicar a recessão, não é possível isolá-lo das razões políticas. A recuperação da economia está vinculada ao encaminhamento dessas questões.

O que se assiste, entretanto, é a exacerbação da crise política e a inexistência de soluções, no curto prazo, que possam estancá-la e fazer com que a economia retorne a um curso normal de crescimento, com geração de emprego. As expectativas, tanto dos agentes internos como externos, são negativas em relação ao futuro próximo do Brasil.





Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro  
 CEP 01209-001 - São Paulo - SP  
 PABX: (11) 3821-2199 - (11) 3874-5366  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente: Luís Carlos de Oliveira**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Vice-presidente: Raquel Kacelnikas**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira**

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretora Executiva: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Direção Técnica**

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

**Equipe Responsável**

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Imagens: Pixabay.com